

Protestos em África (docentes e discentes)

(AFP)

Os professores substitutos da Universidade Marien Ngouabi, em Brazaville, capital da República do Congo, iniciaram em Novembro uma greve para obter o pagamento de três anos de salários em atraso, informou uma fonte sindical daquela universidade. A greve perturbou gravemente o funcionamento das onze faculdades, que contam com mais de 500 professores, dois terços deles substitutos, de acordo com os estudantes.

Os grevistas reclamam ainda a sua agregação no seio da universidade, processo que foi iniciado em Março, mas do qual ainda não houve resultados práticos. Gombé Balawa, reitor daquela universidade, declarou à Radio-Congo (oficial) estar desagradado com o movimento grevista, afirmando que aqueles professores, por não serem ainda titulares, estão impedidos de se manifestar.

No Burkina Faso, cerca de 5 mil pessoas manifestaram-se na capital, Ouagadougou, para protestar contra o encerramento da universidade. Os manifestantes, na sua maioria jovens, percorreram as ruas durante perto de uma hora, brandindo cartazes onde se podia ler "Não à exclusão, sim à educação para todos". O governo decretou o encerramento da universidade no final de Outubro e anulou o ano lectivo de 1999/2000, depois de cinco meses de greve dos estudantes, através da qual se reivindicava a melhoria da atribuição de bolsas e de ajudas governamentais ao sector.

Também na principal universidade pública do Zimbabwe, as portas foram fechadas após três semanas de greve dos professores, que reclamam um aumento dos salários. No início de Novembro, verificaram-se violentos confrontos entre a polícia e os estudantes, que apoiam a luta dos docentes, já que muitos destes ganham significativamente menos do que os funcionários não docentes, como é o exemplo de secretários ou bibliotecários.

Entretanto, os professores do Níger regressaram no mês passado ao trabalho, após terem concluído um acordo com o governo para pôr fim a três semanas de greve que prejudicaram seriamente o início do ano escolar naquele país. O acordo - mediado pela Organização Internacional do Trabalho e pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - prevê o pagamento, até ao final de Fevereiro de 2001, de doze meses de salários em dívida desde 1996.

Todos os direitos de reprodução e de representação reservados.
© 1999 Agence France-Presse

sobre @ da Agence France-Presse